

FRÖHLICH S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CEREJAS

CNPJ nº 89.716.195/0001-84

31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais) *(não auditado)

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais) *(não auditado)				
Balanco Patrimonial		Nota	31/12/21	31/12/20*
Ativo/Circulante			94.308	111.540
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.060	22.835	22.835
Contas a receber	5	26.838	24.357	24.357
Estoque de mercadorias	6	34.749	32.461	32.461
Impostos a recuperar	7	16.101	31.021	31.021
Outros créditos		560	866	866
Não circulante			20.969	14.058
Depósitos judiciais	12	660	88	88
IR e CS diferidos	17	1.922	-	-
Outros créditos LP		314	276	276
Imobilizado	8	12.252	13.638	13.638
Intangível	9	50	55	55
Ativo de direito de uso	15	5.771	-	-
Total do ativo			115.277	125.598

Demonstração do Resultado			
	Nota	31/12/21	31/12/20*
Receita líquida de venda de mercadorias	18	351.102	303.060
Custo das mercadorias vendidas	19	(268.487)	(226.436)
Lucro bruto		82.615	76.624
Recargas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	19	(35.307)	(27.100)
Despesas gerais e administrativas	19	(37.150)	(31.736)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20	5.349	17.923
Lucro operacional antes resultado financeiro		15.507	35.711
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	5.279	18.262
Despesas financeiras	21	(5.035)	(4.259)
Lucro antes do IR e da CS		15.751	49.714
IR e CS: Correntes	17	(4.906)	(15.310)
Diferidos	17	1.922	-
Lucro do exercício		12.767	34.404
Lucro básico por ação - em reais		0,51	1,38
Demonstração do Resultado Abrangente		31/12/21	31/12/20*
Lucro do exercício		12.767	34.404
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total do exercício		12.767	34.404

Balanco Patrimonial			
	Nota	31/12/21	31/12/20*
Passivo/Circulante		35.599	40.209
Empréstimos e financiamentos	14	2.106	1.268
Arrendamento mercantil	15	1.328	-
Fornecedores	10	24.195	16.535
Obrigações trabalhistas	11	4.738	6.973
Impostos a recolher	7	1.662	13.971
Outras contas a pagar		1.570	1.462
Não circulante		10.982	2.970
Empréstimos e financiamentos	14	629	2.970
Arrendamento mercantil	15	4.699	-
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	12	5.654	-
Patrimônio líquido		68.696	82.419
Capital social	16	25.002	25.002
Reserva de capital		1.130	1.130
Reservas de lucros		42.564	56.287
Total do passivo e patrimônio líquido		115.277	125.598

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
	31/12/21	31/12/20*	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício	12.767	34.403	
Ajustes para conciliar o lucro do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	4.718	2.826	
Baixa do ativo imobilizado e intangível	105	178	
Adições e baixas de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	91	132	
Provisão (reversão) para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	5.654	-	
Juros e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	808	440	
Redução (Aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber	(2.572)	(2.649)	
Estoque de mercadorias	(2.288)	(12.672)	
Impostos a recuperar	14.920	(30.546)	
Outros créditos	268	(44)	
Depósitos judiciais	(572)	(15)	
Aumento (Redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	7.660	(2.257)	
Obrigações trabalhistas	(2.235)	1.180	
Impostos a recolher	(14.231)	12.627	
Outras contas a pagar	107	(131)	
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	25.200	3.470	
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.984)	(4.010)	
Caixa líquido aplicado atividades de investimento	(1.984)	(4.010)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	(26.491)	(5.500)	
Captação de empréstimos e financiamentos	1.437	3.081	
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(3.218)	(4.164)	
Pagamento de arrendamento mercantil	(1.719)	-	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(29.991)	(6.583)	
Aumento (redução) caixa e equivalentes caixa	(6.775)	(7.123)	
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	22.835	29.958	
No fim do exercício	16.060	22.835	
Aumento (redução) caixa e equivalentes caixa	(6.775)	(7.123)	

1. Contexto operacional: A Fröhlich S.A. Indústria e Comércio de Cereais ("Companhia"), companhia fechada de direito privado, foi constituída em 1955 e possui sua sede na cidade de Ivoti, Estado do Rio Grande do Sul. A Companhia possui operações de industrialização (atividades de fracionamento e acondicionamento de produtos), comercialização de produtos alimentícios em geral e alimentos para animais e distribuição de saneantes-domiciliários, cosméticos, produtos de higiene e perfumes. Possui marcas próprias como Fritz & Frida, Frijol e Frijol. **1.1. Impactos da COVID-19:** Em 11/03/2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou a pandemia global provocada pelo Coronavírus (COVID-19), que provocou impactos relevantes na economia global como também no comportamento humano em todo o mundo. No Brasil, onde a Companhia mantém suas operações, a pandemia desencadeou importantes ações governamentais, das entidades privadas e do terceiro setor, para mitigar os efeitos desta pandemia na saúde da população e para amenizar os impactos econômicos negativos com esta mudança no cotidiano das pessoas e das empresas. Em 2022, continuamos atravessando um dos cenários mais desafiadores para toda sociedade no Brasil e ao redor do mundo, porém, ponderado pela expectativa de um futuro mais promissor contando com a retomada da economia e do mercado de *Food Service*, com base no programa massivo de vacinação da população mundial contra o COVID-19 e pela retomada da mobilidade da população que está se aproximando aos patamares pré-pandemia, já no início de 2022. Com isso, seguimos investindo na expansão dos negócios da Delly's através da expansão da equipe de vendas para aumentar nossa participação de mercado e para explorar novos mercados, com a ambição de aumentar nossa base de clientes e cobertura geográfica (meta de atingir 4000 cidades no Brasil até o final de 2022). Para suportar o crescimento projetado, planejamos a expansão das operações para o atendimento da demanda projetada através do aumento dos armazéns e logística contratada. Além disso, investiremos em um programa de transformação digital que disponibilizará um novo canal de atendimento e vendas aos clientes atuais e novos clientes que serão adquiridos através do nosso site. **Análise dos riscos e medidas:** A Companhia adotou medidas para amenizar os impactos gerados pela pandemia em suas operações, das quais destacam-se: (i) em fevereiro de 2020, a instituição de um comitê de combate à crise que se reúne periodicamente visando a definição de estratégias assertivas e tempestividade na tomada de decisões; (ii) adoções de políticas de gerenciamento e captação de recursos; (iii) constante contato com clientes e fornecedores para garantir um fluxo de caixa adequado às operações; (iv) instituição do trabalho a distância (*home office*) para os colaboradores da área administrativa-financeira-contábil-comercial, que representam aproximadamente 50% dos seus colaboradores; (v) rigoroso controle de acesso e implementação de um conjunto de medidas de segurança visando a redução do risco de contágio dos seus colaboradores. Dentre os diversos riscos aos quais a Companhia pode ter exposição, destacam-se o risco de continuidade operacional, risco relacionado à recuperabilidade de ativos financeiros, do ativo imobilizado e ativo intangível. **a) Continuidade operacional:** A pandemia contribuiu significativamente para a desaceleração da atividade econômica no Brasil, com tendência de queda no consumo e aumento do desemprego. Além disso, a disseminação da doença trouxe consequências como: (i) o risco de desabastecimento; (ii) risco de crédito e disponibilidade de recursos para financiar as operações, com possibilidade de aumento nas taxas de juros; (iii) possíveis dificuldades financeiras de clientes e fornecedores. A Companhia está atenta às adversidades, tomando ações para reduzir os riscos e amenizar os efeitos da pandemia. A Administração revisou e atualizou seu plano de negócio para os próximos períodos e, considerando as premissas observáveis até o momento, não identificou elementos que possam causar riscos de continuidade operacional. Dessa forma, as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando. **b) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros:** No período findo em 31/12/2021, a Companhia avaliou sua carteira de recebíveis e não identificou evidências que pudessem impactar sua estimativa de provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa. Dessa forma, o montante da provisão para perda de R\$2.270 reflete de maneira adequada a melhor estimativa de perda esperada pela Companhia na data de divulgação. **c) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado e intangível:** A Companhia revisou e atualizou seus planos de negócio para os próximos períodos considerando o cenário atual impactado pela COVID-19. Realizou, ainda, novas análises referentes à necessidade de redução ao valor recuperável os seus ativos considerando as premissas utilizadas quando da elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31/12/2020, bem como eventos ocorridos até 31/12/2021, incluindo os novos impactos relacionados à COVID-19, e não identificou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos, uma vez que não houve queda sensível em seu valor de mercado ou mudanças significativas com efeito adverso durante o período avaliado. **Realização dos estoques:** Durante o momento mais crítico da pandemia, adequamos nossos níveis de estoques para atender as demandas de nossos clientes. Em 31/12/2021 os níveis dos estoques estão normalizados. **Conclusão:** Mediante todas as ações implementadas para mitigar os efeitos da pandemia nos negócios da Companhia, a revisão do plano de negócio, o monitoramento contínuo da situação da pandemia no Brasil e a manutenção das medidas de contenção de gastos, a Companhia encontra-se diligente e segura da sua continuidade operacional e que os valores dos seus ativos estão adequadamente mensurados. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. **2.2. Bases de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, ex-

Demonstração das Mutações				Capital	Reserva	Reserva	Retenção	Lucros	Total do Patrimônio	
do Patrimônio Líquido				Nota	Subscrito	Capital	Legal	de Lucros	Acumulados	Líquido
Saldos em 31/12/2019 (não auditado)					25.002	1.130	5.078	22.306	-	53.516
Lucro líquido do exercício					-	-	-	-	34.404	34.404
Reserva legal				16	-	-	1.720	-	(1.720)	-
Juros sobre capital próprio				16	-	-	-	-	(2.000)	(2.000)
Dividendos distribuídos				16	-	-	-	-	(3.500)	(3.500)
Retenção de lucros					-	-	-	27.183	(27.183)	-
Saldos em 31/12/2020 (não auditado)					25.002	1.130	6.798	49.489	-	82.419
Lucro líquido do exercício					-	-	-	-	12.767	12.767
Reserva legal				16	-	-	638	-	(638)	-
Juros sobre capital próprio				16	-	-	-	-	(2.150)	(2.150)
Dividendos distribuídos				16	-	-	-	-	(24.340)	(24.340)
Retenção de lucros					-	-	-	(14.362)	14.362	-
Saldos em 31/12/2021					25.002	1.130	7.436	35.127	-	68.696

com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. **Custo amortizado:** Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). O contas a receber da Companhia é contabilizado pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A Companhia avalia, na data de balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado. **3.9. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados nas seguintes categorias: **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** Incluem-se nessa categoria as obrigações que são passivos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de balanço (estes são classificados como passivos não circulantes). Os fornecedores, contas a pagar - parte relacionadas empréstimos e financiamentos da Companhia são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **3.10. Fornecedores:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivos não circulantes. As obrigações a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. **3.11. Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas na contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. **3.12. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração válida suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação determinada para liquidar a obrigação presente, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação, de acordo com os assessores jurídicos, internos e externos. **3.13. Reconhecimento de receita:** O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto a receita é reconhecida. **Venda de mercadorias:** As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis, o que ocorre substancialmente no momento de entrega dos produtos aos clientes. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. **Receita de juros:** Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício. **3.14. Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **Companhia como arrendatária:** Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) a serem quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.15. IR e CS:** A despesa com IR e CS representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes são com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado porque incluem e exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens que não são tributáveis ou dedutíveis. O passivo referente aos impostos correntes da Companhia é apurado com base nas alíquotas em vigor no fim do exercício, ou seja, 25% para IR e 9% para CS. O imposto diferido é proveniente de diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis, e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias, quando elas reverterem, tendo como base as leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas nas datas dos balanços. Os impostos ativos diferidos consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração. Os ativos de IR e CS diferidos são revisados nas datas dos balanços, e são sujeitos à provisão para perda à medida que sua realização não seja mais provável. **3.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31/12/2021:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 - Contratos de seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º/01/2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de seu passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º/01/2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática, uma vez que a Companhia não possui empréstimos contratados. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º/01/2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º/01/2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. **3.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão (arrendatário):** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de beneficiários ou customizações significativas no ativo arrendado). A Companhia incluiu o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Companhia tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos, uma vez que haveria um efeito negativo significativo nas operações da Companhia se um ativo equivalente de reposição não estivesse prontamente disponível. Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidas. **Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** continua ->

continuação

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato: A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto) - o que pode levar a um aumento na inadimplência - as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato estão divulgadas na nota explicativa 5. Tributos: Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre tributos diferidos, vide nota explicativa 17. Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A nota explicativa 22 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido. A contraprestação contingente, resultante de combinações de negócios, é avaliada pelo valor justo na data da aquisição como parte da combinação de negócios. Quando a contraprestação contingente atende à definição de passivo financeiro, é subsequentemente reavaliada ao valor justo a cada data de reporte. O valor justo é baseado no fluxo de caixa descontado. As principais premissas consideram a probabilidade de atingir cada objetivo e o fator de desconto. Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos: A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Empresa. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa: 31/12/2021 31/12/2020*

Caixa 170 176
Bancos - Conta movimento 6.505 3.369
Aplicações financeiras (a) 9.385 19.290
Total 16.060 22.835

(a) Aplicações de liquidez imediata são representadas por aplicações financeiras de liquidez imediata (Certificados de Depósito Bancário - CDBs), registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, remuneradas a taxas que variam entre 65% e 99,1% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os saldos possuem convertibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixos, portanto, a Companhia e suas controladas possuem o direito de resgate imediato.

5. Contas a receber: 31/12/2021 31/12/2020 (não auditado)

Clientes - Mercado interno 29.108 26.536
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (2.270) (2.179)
Total 26.838 24.357

A composição do saldo por faixa de vencimento está apresentada a seguir:

31/12/2021 31/12/2020*
A vencer 26.299 23.906
Vencidos 0 a 30 dias 678 724
Vencidos 31 a 60 dias 53 9
Vencidos 61 a 90 dias 13 -
Vencidos há mais de 90 dias 2.065 1.897
Total 29.108 26.536

A movimentação da estimativa para perdas esperadas no exercício está detalhada a seguir:

31/12/2021 31/12/2020*
Saldo no início do exercício (2.179) (2.047)
Constituição de provisão 22 7
Baixas de títulos (113) (139)
Saldo no final do exercício (2.270) (2.179)

O saldo da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa corresponde substancialmente a provisão de perdas estimadas realizada pela aplicação do índice de perdas histórica da Companhia sobre o valor do faturamento. A Companhia monitora constantemente o saldo de recebíveis, considerando o conceito de perda incorrida e perda esperada e quando na menor expectativa de não haver a possibilidade de seu recebimento, constitui-se a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. 6. Estoque de mercadorias: A composição dos estoques está demonstrada a seguir:

31/12/2021 31/12/2020
Estoque de mercadorias para revenda 32.480 26.164
Adiantamentos a fornecedores 2.269 6.297
Total 34.749 32.461

Os estoques são constituídos por diversos produtos alimentícios para revenda, bem como antecipações de compras. Em 31/12/2021 e de 2020, não há concentração em um produto principal e o giro do estoque é compatível para a expectativa de venda futura. 7. Impostos a recuperar e a recolher: Impostos a recuperar: Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da entidade os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

31/12/2021 31/12/2020*
ICMS a recuperar 78 24
PIR/COFINS a recuperar 15.910 30.927
Outros impostos a recuperar 113 70
Total 16.101 31.021

No decorrer do ano de 2020 a Companhia obteve trânsito e julgado nas

Notas Explicativas da Frölich S.A. Indústria e Comércio de Cereais

ações tributárias que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O trânsito e julgado das ações contribuiu para o aumento significativo dos saldos de impostos a recuperar. O saldo, referente ao êxito na ação comentada no parágrafo anterior, vem sendo compensado com tributos federais. Impostos a recolher: 31/12/2021 31/12/2020*
ICMS a recolher 81 964
IRPJ e CSLL recolher 883 11.687
PIR/COFINS a recolher 625 1.190
Outros impostos a recolher 73 130
Total 1.662 13.971

8. Imobilizado: 31/12/2021 31/12/2020*

Máquinas e equipamentos 5.962 (2.723) 3.239 3.053
Beneficiorias em bens locados 4.008 (1.129) 2.879 2.822
Veículos 19.219 (14.570) 4.649 6.035
Móveis e utensílios 1.956 (1.491) 465 513
Equipamentos de informática 2.673 (2.345) 328 540
Instalações 1.899 (1.231) 668 656
Terrenos 1 - 1 1
Imobilizado em andamento 23 - 23 18
Total 35.741 (23.489) 12.252 13.638

A movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020 é como segue:

31/12/2021 31/12/2020*
Início do Exercício* 3.053 3.053
Adições 732 (530) (16) -
Depreciações (151) (88) (1) -
Baixas (16) - - -
Transferências - - - -
Final do Exercício* 3.239 3.239

Máquinas e equipamentos 2.822 208 (151) - 2.879
Beneficiorias em bens locados 6.035 841 (2.139) (88) 4.649
Veículos 513 49 (96) (1) - 465
Móveis e utensílios 540 127 (230) - - 668
Equipamentos de informática 656 17 (115) - - 540
Instalações 1 - - - - 1
Terrenos 18 5 - - - 23
Imobilizado em andamento 13.638 1.978 (3.261) (105) 12.252
Total 31/12/19 13.638 1.978 (3.261) (105) 12.252

Máquinas e equipamentos 3.324 224 (483) (12) - 3.053
Beneficiorias em bens locados 2.818 149 (144) (1) - 2.822
Veículos 5.004 2.722 (1.691) - - 6.035
Móveis e utensílios 594 22 (103) - - 513
Equipamentos de informática 249 582 (291) - - 540
Instalações 462 297 (103) - - 656
Terrenos 166 - - (165) - 1
Imobilizado em andamento 18 - - - - 18
Total 12.635 3.996 (2.815) (178) 13.638

9. Intangível: 31/12/2021 31/12/2020*

Marcas e patentes 55 6 (11) - - 50
Total 55 6 (11) - - 50

A movimentação do intangível nos exercícios findos em 31/12/2020 e de 2019 é como segue:

31/12/2021 31/12/2020*
Início do Exercício* 54 12 (11) - - 55
Adições 54 12 (11) - - 55
Amortizações (11) - - - - 11
Baixas - - - - - 0
Transferências - - - - - 0
Final do Exercício* 54 12 (11) - - 55

10. Fornecedores: O saldo é composto por fornecedores de produtos para revenda, serviços necessários à revenda de mercadorias e outros fornecedores (material de uso e consumo), conforme demonstrado a seguir:

31/12/2021 31/12/2020*
Fornecedores produtos de revenda 23.523 15.680
Prestadores de serviços 156 108
Outros 516 747
Total 24.195 16.535

11. Obrigações sociais e trabalhistas: 31/12/2021 31/12/2020*

Salários e ordenados a pagar 887 3.746
Férias e encargos 2.863 2.529
INSS a recolher 590 497
IRRF a recolher 208 100
FGTS a recolher 190 101
Total 4.738 6.973

12. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis: A Companhia é parte em processos judiciais de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade dos processos e o posicionamento dos tribunais, sempre que for provável o desembolso de caixa e o valor possa ser estimado com confiabilidade. A Administração da Companhia entende que a provisão constituída de R\$ 5.654 é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

Natureza processual 31/12/2021 31/12/2020*

Cível 579 -
Tributário 905 -
Trabalhista 4.170 -
Saldo final 5.654 -

A movimentação da provisão de riscos tributários, trabalhistas e cíveis para o exercício findo em 31/12/2021 é como segue:

31/12/2021 31/12/2020*
Saldo inicial - -
Início de ação jurídica de origem cível 579 -
Início de ação jurídica de origem trabalhista 4.170 -
Início de ação jurídica de origem tributária 905 -
Saldo final 5.654 -

A Companhia tem como garantias de alguns processos, depósitos judiciais registrados no balanço patrimonial, em rubrica específica no montante de R\$ 660 (R\$ 88 em 31/12/2020).

Natureza processual 31/12/2021 31/12/2020*

Cível 552 -
Trabalhista 108 88
Total 660 88

13. Remuneração da administração: Em 31/12/2021 e 2020, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria

14. Empréstimos e financiamentos: Taxa de juros % Vencimento 31/12/2021 Pagamentos Juros Adições 31/12/2020*

Leasing Banco Alfa - Contrato 52231 1,17% 09/04/2021 - (6) - 5
Leasing Banco Santander - Contrato 8823936 1,34% 13/09/2021 - (10) 1 - 7
Leasing Banco Santander - Contrato 882919-5 1,24% 22/11/2021 - (4) - 3
Leasing Banco Santander - Contrato 8831114 0,95% 21/12/2021 - (43) 6 - 36
Leasing Banco Mercedes Benz - Contrato 2590042981 0,77% 18/02/2021 - (86) 7 - 78
Leasing Banco Mercedes Benz - Contrato 2590043104 0,75% 12/03/2021 - (42) 3 - 37
Leasing Banco Mercedes Benz - Contrato 2590043082 0,87% 08/03/2021 - (212) 18 - 190
Leasing Banco Mercedes Benz - Contrato 2590043066 0,77% 19/03/2021 - (201) 17 - 180
Leasing Banco Mercedes Benz - Contrato 2590043074 0,77% 02/04/2021 - (89) 7 - 80
Leasing Banco Mercedes Benz - Contrato 2590043112 0,85% 01/04/2021 - (68) 6 - 61
Leasing Banco Mercedes Benz - Contrato 2590043091 0,85% 10/04/2021 - (109) 10 - 97
Leasing Banco Santander - Contrato 8837007 0,88% 03/04/2022 8 (30) 4 - 34
Leasing Banco Bradesco - Contrato 13782720 0,17% 07/07/2022 14 (31) 5 - 41
Leasing HP Financial Serviço - Contrato 25893258917 1,01% 30/08/2022 23 (38) 1 - 60
Leasing Banco Santander - Contrato 8851697 0,73% 21/11/2022 119 (156) 19 - 259
Leasing Banco Alfa - Contrato 100052905 0,87% 15/12/2022 - (20) 5 - 31
Leasing Banco Alfa - Contrato 100052877 0,81% 20/12/2022 - (17) 2 - 15
Leasing Banco Alfa - Contrato 100052895 0,81% 06/12/2022 - (8) 1 - 7
Leasing Banco Bradesco - Contrato 001379289-1 0,73% 07/02/2023 19 (19) 2 - 36
Leasing HP Financial Serviço - Contrato 1219432 0,50% 29/08/2023 215 (147) 13 - 353
Leasing Banco Bradesco - Contrato 13801220 0,77% 11/01/2024 40 (21) 3 - 60
Leasing Banco Bradesco - Contrato 13801190 0,62% 26/12/2022 1.241 (1.418) 102 - 2.568
Leasing Banco Bradesco - Contrato 13802760 0,82% 30/04/2023 489 (276) 25 740 -
Leasing Banco Bradesco - Contrato 13803780 0,92% 30/06/2024 276 (66) 9 333 -
Leasing Banco Bradesco - Contrato 1380393-0 0,91% 26/05/2024 292 (85) 13 364 -
Total Circulante 2.735 (3.218) 279 1.437 4.238
Circulante 2.106 - - - 2.106
Não circulante 629 - - - 629
Total 2.735 - - - 4.238

Taxa de Juros % Vencimento 31/12/2021 Pagamentos Juros Adições 31/12/2020*

Leasing Banco Alfa - Contrato 51474 1,18% 10/03/2020 - (2) - 1
Leasing HP Financial Serviço - Contrato 258932589 0,74% 31/08/2020 - (32) 2 - 30
Leasing Banco Alfa - Contrato 51773 1,34% 10/07/2020 - (191) 39 - 151
Leasing Banco Alfa - Contrato 51770 1,02% 10/07/2020 - (230) 47 - 182
Leasing Banco Alfa - Contrato 51781 1,08% 21/07/2020 - (11) 2 - 9
Leasing HP Financial Serviço - Contrato 25893 0,50% 30/10/2020 - (69) 3 - 66
Leasing Banco Alfa - Contrato 52231 1,17% 09/04/2021 5 (18) 3 - 20
Leasing Banco Santander - Contrato 8823936 1,34% 13/09/2021 7 (13) 3 - 17
Leasing Banco Santander - Contrato 882919-5 1,24% 22/11/2021 3 (5) 1 - 7
Leasing Banco Santander - Contrato 8831114 0,95% 21/12/2021 36 (43) 7 - 73
Leasing Banco Mercedes Benz - Contrato 2590042981 0,77% 18/02/2021 78 (518) 47 - 548
Leasing Banco Mercedes Benz - Contrato 2590043104 0,85% 12/03/2021 37 (167) 17 - 187
Leasing Banco Mercedes Benz - Contrato 2590043082 0,77% 08/03/2021 190 (846) 76 - 959
Leasing Banco Mercedes Benz - Contrato 2590043066 0,77% 19/03/2021 180 (802) 72 - 910
Leasing Banco Mercedes Benz - Contrato 2590043074 0,77% 02/04/2021 80 (267) 24 - 324
Leasing Banco Mercedes Benz - Contrato 2590043112 0,85% 01/04/2021 61 (272) 27 - 305
Leasing Banco Mercedes Benz - Contrato 2590043091 0,85% 10/04/2021 97 (327) 32 - 392
Leasing Banco Santander - Contrato 8837007 0,88% 03/04/2022 34 (30) 4 - 60
Leasing Banco Bradesco - Contrato 13782720 0,17% 07/07/2022 41 (31) 5 - 67
Leasing HP Financial Serviço - Contrato 25893258917 0,17% 30/08/2022 60 (38) 1 - 97
Leasing Banco Santander - Contrato 8851697 0,73% 21/11/2022 259 (156) 19 - 397
Leasing Banco Alfa - Contrato 100052905 0,87% 15/12/2022 31 (18) 2 - 47
Leasing Banco Alfa - Contrato 100052877 0,81% 20/12/2022 15 (9) 1 - 22
Leasing Banco Alfa - Contrato 100052895 0,81% 06/12/2022 7 (4) - 11
Leasing Banco Bradesco - Contrato 001379289-1 0,73% 07/02/2023 36 (16) 2 50 -
Leasing HP Financial Serviço - Contrato 1219432 0,50% 29/08/2023 353 (49) 4 403 -
Leasing Banco Bradesco - Contrato 13801220 0,77% 11/01/2024 60 - - 60 -
Leasing Banco Bradesco - Contrato 13801190 0,62% 26/12/2022 2.568 - - 2.568 -
Total 4.238 (4.164) 440 3.081 4.883
Circulante 1.268 - - - 1.268
Não circulante 2.970 - - - 2.970
Total 4.238 - - - 4.883

15. Arrendamentos CPC 06 (R2): A Companhia possui contratos de arrendamento de imóveis utilizados em suas operações. Os prazos de arrendamento dos imóveis possuem 5 anos. As obrigações da Companhia nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados. Geralmente, a Companhia está impedida de ceder e sublocar os ativos arrendados e alguns contratos exigem que a Companhia mantenha certos índices financeiros. Existem vários contratos de arrendamento que contemplam opções de renovação e de rescisão, conforme discutido abaixo. As taxas de desconto utilizadas variam e não estão explicitadas em contrato, contudo a Administração adotou uma taxa de mercado de acordo com o prazo de cada contrato. A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso reconhecidos e as movimentações durante o período:

31/12/2021 31/12/2020*
Adições 7.217 7.217
Despesas de depreciação (1.446) (1.446)
Total 5.771 5.771

Em 31/12/2020 (não auditado) Adições - - Despesas de depreciação - - Total - -

Os saldos de arrendamentos a pagar em 31/12/2021 estão representados por aluguéis e demonstrados da seguinte forma: 31/12/2021: Saldo em 31 de dezembro -; Adições - 7.217; Pagamento de principal - (1.190); Pagamento de juros - (529); Juros incorridos - 529; Saldo em 31 de dezembro - 6.027; Circulante - 1.328; Não circulante - 4.699. Os saldos têm vencimento conforme segue: 31/12/2021: 2022 - 1.328; 2023 - 1.441; 2024 - 1.563; 2025 - 1.695; 6.027. Os contratos de aluguel podem ou não serem renovados mediante comunicação prévia pela Companhia. As taxas de desconto utilizadas variam e não estão explicitadas em contrato, contudo a Administração adotou uma taxa de mercado de acordo com o prazo de cada contrato. De acordo com a norma CPC 06 (R2)/IFRS16, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas com ocupação passaram a ser reconhecidas nas linhas de amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não trouxe nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que existe um efeito temporal no lucro líquido, um aumento de R\$ 236 em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos. 16. Patrimônio líquido: Capital social: Em 31/12/2021, o capital social subscrito e totalmente integralizado soma R\$ 25.002,334 ações, assim distribuídas:

2021 2020*
Ações Ordinárias % Tipo Ordinárias % Tipo
12.501.167 50,00 Ordinárias 12.501.167 50,00 Ordinárias
12.501.167 50,00 Preferenciais 12.501.167 50,00 Preferenciais
25.002.334 100,00 25.002.334 100,00

Reservas de capital e retenção de lucros: A reserva de capital constituída pela Companhia é destinada a investimentos futuros, os quais estão sob avaliação do Conselho de Administração da Companhia e seus diretores. Em 31/12/2021, o saldo da reserva é de R\$ 36.257 (R\$ 50.619 em 31/12/2020). Reserva legal: A reserva legal foi constituída como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados, e que não pode exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital. Em 31/12/2021, o montante constituído de reserva legal é de R\$ 7.436 (R\$ 6.798 em 31 de dezembro de 2020). Dividendos e Juros sobre Capital Próprio: Em 10/06/2020, em Assembleia Geral Ordinária, foi deliberado distribuição de dividendos de R\$ 3.500 liquidados durante o exercício de 2020. Em 07/04/2021, em Assembleia Geral Ordinária, foi deliberado pagamento de juros sobre capital próprio no total de R\$ 2.000 e distribuição de dividendos de R\$ 5.180 a serem liquidados durante o exercício de 2021. Em 03/01/2022, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado ratificação referente ao pagamento de juros sobre capital próprio no total de R\$ 2.150 e distribuição de dividendos de R\$ 19.161 liquidados durante o exercício de 2021. A Administração da Companhia decidirá em Assembleia Geral a destinação das retenções de lucros firm de atender a legislação vigente no país.

17. IR e CS: a) Correntes: O IR é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, e a CS é calculada à alíquota de 9%. 31/12/2021 31/12/2020*
Lucro antes do IR e da CS 15.751 49.714
Alíquota IRPJ e CSLL 34% 34%
Expectativa de (despesa) de IRPJ e de CSLL (5.355) (16.903)

Executiva, está apresentada a seguir:

31/12/2021 31/12/2020* (não auditado)
Benefícios de curto prazo a empregados: 422 376
Salários e honorários 154 143
Encargos sociais 576 519

Ajustes permanentes 31/12/2021 31/12/2020*

Recuperação de tributos 1.611 -
Juros sobre capital próprio distribuídos 731 680
Incentivos fiscais 181 371
Outros (1.952) 542
Total (2.984) (15.310)

b) Diferidos: O IR e a CS diferidos ativo são compostos como segue:

31/12/2021 31/12/2020* (não auditado)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis 5.654 -
Total 5.654 -
Alíquota aplicável estimada 34% 34%
IR e CS diferidos 1.922 -

18. Receita líquida: 31/12/2021 31/12/2020* (não auditado)

Receita de vendas e serviços 396.779 350.303
(-) Deduções da receita bruta: Impostos (42.824) (44.570)
Devolução de vendas (2.762) (2.541)
Provisão para perdas com clientes (91) (132)
Receita líquida 351.102 303.060

19. Custos e despesas por natureza: 31/12/2021 31/12/2020* (não auditado)

Mercadorias de revenda (268.487) (226.436)
Fretes e agregados (5.706) (4.695)
Manutenção (1.036) (924)
Salários e encargos sociais (35.320) (27.117)
Comissões (8.858) (8.723)
Serviços de terceiros (13.128) (9.107)
Aluguel e condomínio (342) (1.876)
Energia elétrica (580) (541)
Depreciação e amortização (4.719) (2.825)
Outras despesas (2.768) (3.028)
Total (340.944) (285.272)

Classificados nas seguintes rubricas na demonstração do resultado:

31/12/2021 31/12/2020* (não auditado)
Custo das mercadorias revendidas (268.487) (226.436)
Despesas com vendas (35.307) (27.100)
Despesas gerais e administrativas (37.150) (31.736)
Total (340.944) (285.272)

20. Outras receitas (despesas) não operacionais: 31/12/2021 31/12/2020* (não auditado)

Alienação de ativos 451 104
Recuperações tributárias (a) 4.739 17.655
Outros 159 164
Total 5.349 17.923

(a) No decorrer do ano de 2020, a Companhia logrou êxito em ações tributárias que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

21. Resultado financeiro: 31/12/2021 31/12/2020* (não auditado)

Receitas financeiras:
Rendimentos de aplicações financeiras 1.090 655
Juros ativos 311 253
Descontos obtidos 3.178 2.535
Variação cambial ativa 700 14.819
Total 5.279 18.262

Despesas financeiras: 31/12/2021 31/12/2020* (não auditado)

Juros sobre empréstimos e financiamentos (287) (321)
Juros sobre direito de uso de imóveis (529) -
Descontos concedidos (3.911) (3.600)
Variação cambial passiva (308) (338)
Total (5.035) (4.259)

Resultado financeiro 244 14.010

22. Instrumentos financeiros: Estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos, seus objetivos e as políticas e os processos para mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito: O risco de prejuízo financeiro para a Companhia caso um cliente ou uma contraparte

em um instrumento financeiro falhe no cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem dos recebíveis representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito em 31/12/2021 e em 2020 é como segue:

Ativos	31/12/2021	31/12/2020 (não auditado)
Caixa e equivalente de caixa	16.060	22.835
Contas a receber	26.838	24.357
Outros créditos	874	1.142
Total	43.772	48.334

A política de gestão de risco corporativo determina que a Companhia avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como as propostas de mitigação de risco para o cumprimento dos compromissos e das obrigações assumidas. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa. **Risco de liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Maurício Câmara - Diretor Presidente

ceiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos. A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa dos passivos financeiros mantidos pela Companhia em 31/12/2021:

	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	Acima de 3 Anos
Fornecedores	24.195	-	-
Arrendamentos mercantil	1.328	1.441	3.258
Empréstimos e financiamentos	2.106	629	-
	27.629	2.070	3.258

Risco operacional: É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e a fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulamentares e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia e de sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. **Risco de taxa de juros:** a) *Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio:* Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou

Patrícia Diniz de Paiva

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Frohlich S.A. Indústria e Comércio de Cereais - Ivoti (RS) - **Abstenção de opinião sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa:** Foram contratados para examinar as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Frohlich S.A. Indústria e Comércio de Cereais ("Companhia"), referentes ao exercício findo em 31/12/2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Não expressamos opinião sobre as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Companhia, referentes ao exercício findo em 31/12/2021, pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras. **Opinião com ressalva sobre a posição patrimonial e financeira:** Examinamos o balanço patrimonial da Companhia, em 31/12/2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre a posição patrimonial e financeira", o balanço patrimonial acima referido apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31/12/2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para abstenção de opinião sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa:** Por termos sido nomeados auditores da Companhia durante o exercício de 2021, não foi possível acompanhar a contagem física dos estoques no início desse exercício ou nos satisfazer por meios alternativos quanto às quantidades e saldos em estoque em 31/12/2020, que estão registrados no balanço patrimonial por R\$ 32.461 mil. Consequentemente, não foi possível determinar a existência de eventuais efeitos nos saldos do balanço patrimonial em 1º/01/2021 que possam ter afetado a apuração do resultado do exercício findo em 31/12/2021, bem como as correspondentes demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. **Base para opinião com ressalva sobre a posição patrimonial e financeira:** Conforme mencionado na nota explicativa 15, em 31/12/2021 a Companhia possui registrado a rubrica de direitos de uso e arrendamentos a pagar o montante R\$ 5.771 mil e R\$ 6.027 mil respectivamente. A maior parte destes contratos possuem data de vigência anterior a 01/01/2021 e somente tiveram seus registros efetuados ao longo do exercício de 2021. Conforme requerido no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a Companhia deve considerar os termos e as condições de contratos e todos os fatos e circunstâncias relevantes, aplicando de maneira consistente estes contratos ao longo dos anos. Com isso, as contas de direito de uso (ativo) e arrendamento a pagar (passivo) estão subavaliadas em R\$ 5.609 mil e R\$ 6.456 mil, respectivamente. Nossa auditoria do balanço patrimonial foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria do balanço patrimonial". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31/12/2020, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações

partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31/12/2021 e em 2020. **Risco de câmbio:** O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. Atualmente a exposição da Companhia nesse cenário é inexistente. **23. Cobertura de seguros:** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. **Cobertura:** Incêndios - 48.624; Perda de alaguel - 190; Lucros cessantes - 32.000; Danos materiais - 100; Vendaval - 14.000; Responsabilidade civil - 500; Danos elétricos - 1.500; Impacto de veículos - 8.525; Equipamentos - 1.200; Desmoronamento - 50; **106.689. 24. Transações não envolvendo caixa:** Durante o exercício de 2021, a Companhia registrou em seu balanço os efeitos não caixa referente ao reconhecimento do CPC 06 (R2), os quais estão dispostos a seguir: **31/12/2021:** Ativo: Não circulante: Direitos de uso - **7.217**; Total ativo não circulante - **7.217**; Total do ativo - **7.217**; Passivo: Circulante: Arrendamento mercantil - **2.518**; Total passivo circulante - **2.518**; Não circulante: Arrendamento mercantil - **4.699**; Total passivo circulante - **4.699**; Total do passivo - **7.217. 25. Eventos subsequentes:** **Aquisição** - Diretora Financeira

da Frohlich S/A Indústria e Comércio de Cereais pela Oesa Comércio e Representações S/A: Foi celebrado em 12/01/2022, Termo de Fechamento ao Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças, datado em 28/10/2021. O preço de aquisição no montante de até R\$ 147.500 com pagamento inicial de R\$ 70.000, sendo que o restante será liquidado nos próximos 5 anos, considerando ainda uma parcela variável de até R\$ 15.000 do preço de aquisição tendo algumas metas atingidas e líquido de eventuais montantes objeto de retenção e/ou compensação. Outro ponto significativo a ser informado sobre eventos subsequentes é que a administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos da COVID-19 em seus negócios no decorrer de 2022, tendo sido elaborados planos de contingências para manter a continuidade operacional de sua operação conforme mencionado na nota explicativa 1. A administração da Companhia não considera que exista risco de recebimento de seus recebíveis. Na data dessas demonstrações contábeis não é possível mensurar outros riscos que possam surgir e consequentemente resultar eventuais perdas, pela continuidade da pandemia em 2022, que poderá gerar sobre suas estimativas ou sobre os negócios da Companhia. **26. Aprovação para emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2021:** As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração da Companhia em 23/12/2022.

Vagner da Silva Serafim - Contador - CRCPR - 060752/O-2 T SC

financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria do desempenho das operações e os fluxos de caixa:** Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir relatório de auditoria. Contudo, por conta do assunto descrito na sessão intitulada "Base para abstenção de opinião sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31/12/2021. **Responsabilidades do auditor pela auditoria do balanço patrimonial:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Blumenau, 23/12/2022. **ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda.** - CRC-SC-000048/F; **Cleverson Luís Lescowicz** - Contador - CRC-SC027535/O-0.